

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 22 de Março de 1919.—**JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES**—**José Relvas**—**Francisco Manuel Couceiro da Costa**—**António de Paiva Gomes**—**António Maria de Freitas Soares**—**Tito Augusto de Moraes**—**Júlio do Patrocínio Martins**—**Domingos Leite Pereira**—**Augusto Dias da Silva**—**Jorge de Vasconcelos Nunes**.

Mapa da distribuição da verba de 13.710\$
a que se refere o decreto n.º 5:467, de 22 de Março
de 1919

| Distritos | Círculos escolares | Importâncias |
|--------------------------|-------------------------------|--------------|
| Aveiro | Anadia | 210\$00 |
| | Aveiro | 247\$50 |
| | Feira | 150\$00 |
| | Oliveira de Azeméis | 195\$00 |
| Beja | Beja | 97\$50 |
| | Ourique | 82\$50 |
| | Serpa | 105\$00 |
| Braga | Amares | 127\$50 |
| | Barcelos | 217\$50 |
| | Braga | 165\$00 |
| | Cabeceiras de Basto | 112\$50 |
| Bragança | Guimarães | 165\$00 |
| | Bragança | 187\$50 |
| | Mirandela | 180\$00 |
| | Mogadouro | 150\$00 |
| Castelo Branco | Torre de Moncorvo | 150\$00 |
| | Castelo Branco | 150\$00 |
| | Covilhã | 195\$00 |
| | Sertã | 97\$50 |
| Coimbra | Arganil | 225\$00 |
| | Coimbra | 195\$00 |
| | Figueira da Foz | 210\$00 |
| | Lousã | 67\$50 |
| Évora | Estremoz | 90\$00 |
| | Évora | 105\$00 |
| | Montemor-o-Novo | 82\$50 |
| Faro | Faro | 150\$00 |
| | Silves | 135\$00 |
| | Tavira | 67\$50 |
| Guarda | Guarda | 172\$50 |
| | Pinhel | 180\$00 |
| | Sabugal | 142\$50 |
| | Seia | 142\$50 |
| | Trancoso | 172\$50 |
| Leiria | Vila Nova de Fozcoa | 112\$50 |
| | Ancião | 127\$50 |
| | Caldas da Rainha | 157\$50 |
| Lisboa | Leiria | 165\$00 |
| | Lisboa (oriental) | 607\$50 |
| | Lisboa (occidental) | 697\$50 |
| | Setúbal | 142\$50 |
| | Torres Vedras | 187\$50 |
| Portalegre | Vila Franca de Xira | 195\$00 |
| | Elvas | 82\$50 |
| | Fronteira | 97\$50 |
| Porto | Portalegre | 127\$50 |
| | Amarante | 232\$50 |
| | Paços de Ferreira | 165\$00 |
| | Penafiel | 180\$00 |
| | Pórtio (oriental) | 382\$50 |
| | Pórtio (occidental) | 615\$00 |
| | Vila Conde | 172\$50 |

| Distritos | Círculos escolares | Importâncias |
|-----------------------------|--------------------------------|--------------|
| Santarém | Abrantes | 112\$50 |
| | Santarém | 232\$50 |
| | Tomar | 157\$50 |
| | Torres Novas | 150\$00 |
| Viana do Castelo | Arcos de Valdevez | 125\$00 |
| | Valeuça | 135\$00 |
| | Viana do Castelo | 217\$50 |
| Vila Real | Alijó | 135\$00 |
| | Chaves | 195\$00 |
| | Montalegre | 75\$00 |
| | Peso da Régua | 135\$00 |
| | Vila Pouca de Aguiar | 112\$50 |
| Viseu | Vila Real | 165\$00 |
| | Lamego | 187\$50 |
| | Mangualde | 225\$00 |
| | Moimenta da Beira | 135\$00 |
| | S. Pedro do Sul | 210\$00 |
| | Santa Comba Dão | 240\$00 |
| Angra do Heroísmo | Tabuaço | 180\$00 |
| | Viseu | 180\$00 |
| Funchal | Angra do Heroísmo | 225\$00 |
| | Funchal | 112\$50 |
| Ponta Delgada | Ribeira Brava | 75\$00 |
| | Ponta Delgada | 195\$00 |

Paços do Governo da República, 22 de Março de 1919.—O Ministro da Instrução Pública, *Domingos Leite Pereira*.

Decreto n.º 5:468

Sendo indispensável reforçar a verba consignada no capítulo IV, artigo 27.º do orçamento da despesa ordinária do Ministério da Instrução Pública, autorizado para o ano económico de 1918-1919, com aplicação a material e despesas diversas dos Liceus, e verificando-se a existência de disponibilidades na verba inscrita no artigo 30.º do mesmo capítulo do referido orçamento, destinada a despesas com construções e reparações nos edifícios liceais:

Hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro da Instrução Pública e nos termos do n.º 5 do artigo 25.º da lei de 9 de Setembro de 1908, decretar que do mencionado artigo 30.º seja transferida para o artigo 27.º do referido orçamento a quantia de 600\$00, a fim de ser reforçada a dotação para material e despesas diversas do Liceu Central de Sá de Miranda.

O presente decreto será publicado no *Diário do Governo*, imediatamente depois de registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 22 de Março de 1919.—**JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES**—**José Relvas**—**Francisco Manuel Couceiro da Costa**—**António de Paiva Gomes**—**António Maria de Freitas Soares**—**Tito Augusto de Moraes**—**Júlio do Patrocínio Martins**—**Domingos Leite Pereira**—**Augusto Dias da Silva**—**Jorge de Vasconcelos Nunes**.

Decreto n.º 5:469

Reconhecendo-se a imediata necessidade de proceder á conveniente instalação do Museu Nacional de Arte Contemporânea, a fim de evitar que as preciosas coleções deste Museu sejam prejudicadas pelas condições deficientíssimas em que até agora se têm mantido;

Considerando que as exigüas dotações autorizadas

para este Museu dificultam a realização de quaisquer iniciativas que habilitem este estabelecimento a desempenhar a alta missão educativa a que se destina;

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Instrução Pública, um crédito especial da quantia de 8.500\$, destinado a ocorrer ao pagamento das despesas com as obras de ampliação e outras do Museu Nacional de Arte Contemporânea.

Art. 2.º A importância do presente crédito será descrita no capítulo 18.º, artigo 78.º, do orçamento da despesa extraordinária do orçamento do Ministério da Instrução Pública autorizado para o ano económico de 1918-1919, sob a rubrica seguinte:

Obras de ampliação e outras do Museu Nacional de Arte Contemporânea, 8.500\$.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto pertencer, o façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contêm.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, em 24 de Março de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—José Relvas—Francisco Manuel Couceiro da Costa—António de Paiva Gomes—António Maria de Freitas Soárez—Tito Augusto de Moraes—Júlio do Patrocínio Martins—Domingos Leite Pereira—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes:

Decreto n.º 5:470

Considerando a urgente necessidade de promover a conveniente instalação dos diversos estabelecimentos de ensino, a fin de assegurar o seu regular funcionamento;

Atendendo a que contíguo ao Liceu Central de Vasco da Gama (Aveiro) existe um edifício em circunstâncias adequadas ao alargamento daquele liceu, cuja aquisição se recomenda pelo mínimo dispêndio em que importará a sua apropriação:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Instrução Pública, um crédito especial da quantia de 10.000\$, destinado à aquisição do edifício contíguo ao Liceu Central de Vasco da Gama (Aveiro) e às despesas com a apropriação do referido edifício para ampliação do mesmo liceu.

Art. 2.º A importância do presente crédito será inscrita no capítulo 19.º, artigo 79.º, do orçamento da despesa extraordinária do Ministério da Instrução Pública, autorizado para o ano económico de 1918-1919, sob a epígrafe seguinte:

Aquisição e apropriação do edifício contíguo ao Liceu Central de Vasco da Gama (Aveiro) para ampliação do mesmo liceu, 10.000\$.

Determina-se portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e e guardare tam inteiramente como nêle se contêm.

Paços do Governo da República, 24 de Abril de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—António Joaquim Granjo—Amílcar da Silva Ramada Curto—António Maria Baptista—Vitor José de Deus de Macedo Pinto—Xavier da Silva Júnior—Júlio do Patrocínio Martins—Jodo Lopes Soárez—Leonardo José Coimbra—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes—Luís de Brito Guimarães.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Secretaria Geral

Decreto n.º 5:471

Tendo-se reconhecido a necessidade de criar no Ministério do Trabalho o lugar de redactor-informador para o efeito da publicação de informações e notas de propaganda dos diversos serviços deste Ministério;

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado no Ministério do Trabalho o lugar de redactor-informador.

Art. 2.º O vencimento atribuído ao cargo aludido no artigo 1.º será de 720\$ anuais, importância esta que deverá ser inserida no orçamento deste Ministério sob a rubrica de «Ministro e Secretários».

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e e guardare tam inteiramente como nêle se contêm.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 29 de Abril de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—Domingos Leite Pereira—António Joaquim Granjo—Amílcar da Silva Ramada Curto—António Maria Baptista—Vitor José de Deus de Macedo Pinto—Xavier da Silva Júnior—Júlio do Patrocínio Martins—Jodo Lopes Soárez—Leonardo José Coimbra—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes—Luís de Brito Guimarães.

MINISTÉRIO DOS ABASTECIMENTOS

Secretaria Geral

Por ter sido publicado com inexatidões no *Diário do Governo* n.º 88, 1.ª série, de 28 do corrente, novamente se publica o seguinte decreto:

Decreto n.º 5:453

Convindo prover às necessidades das classes menos abastadas, permitindo a importação livre do azeite estrangeiro, o que concorrerá certamente para o seu barateamento no mercado interno;

Considerando que é excessiva a taxa de \$20 que incide sobre cada quilograma (pêso bruto) de azeite exportado para as províncias ultramarinas:

O Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a importação de azeite de oliveira, de acidez não superior a 5 graus, livre de direitos, até determinação em contrário.

Art. 2.º É reduzida a \$10 a taxa que, conforme o § 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 4:698, de 13 de Julho de 1918, incide sobre cada quilograma de azeite (pêso bruto), exportado para as províncias ultramarinas.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e e guardare tam inteiramente como nêle se contêm.

Os Ministros das Finanças e dos Abastecimentos o façam executar. Paços do Governo da República, 28 de Abril de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—António Joaquim Granjo—Amílcar da Silva Ramada Curto—António Maria Baptista—Vitor José de Deus de Macedo Pinto—Xavier da Silva Júnior—Júlio do Patrocínio Martins—Jodo Lopes Soárez—Leonardo José Coimbra—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes—Luís de Brito Guimarães.